15:21 86%

_ SEG_ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviano (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira editoria.artigos@oglobo.com.br

O governo está tonto

Desde dezembro do ano passado, quando a boca do jacaré se abriu com a pesquisa do Ipec, mostrando que 50% dos entrevistados não confiavam em Lula, ante 48% que confiavam, o governo tem ido de sobressalto em sobressalto. O Lula 3.0 está tonto porque não consegue ficar do tamanho que gosta de se imaginar.

Essa perplexidade tem duas origens. Uma, essencial, é a descoberta de que não entregará os rios de mel da campanha eleitoral. Ganha um fim de semana em Essequibo quem acreditava nas metas de contas públicas do ministro Fernando Haddad. Lula recebeu a economia em mau estado e reequilibrou-a. Com a propensão ilusionista de todos os governos, recuou das metas e, ao mesmo tempo, elevou o salário mínimo. São diversas as promessas de Haddad, e algumas delas podem virar realidade, desde que se trabalhe. Se gogó resolvesse dificuldades da economia, o Brasil nunca teria conhecido déficits.

A segunda fonte da perplexidade vem da descoberta de que Lula esgotou seu criadouro de bodes expiatórios. Perdeu meses de verbo escalando o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para esse papel. Até mesmo a alma inelegível do governo Bolsonaro revelou-se um adversário gasto.

Quando Lula descobre o valor de seu silêncio em assuntos internacionais, a doutora Gleisi Hoffmann atravessa o mundo para expor suas noções de democracia na China. Faz tempo que se macaqueiam os chineses. Muita gente boa admirava o igualitarismo do camarada Mao. Não se sabia à época que ele viajava quase sempre de trem. Como dormia quando queria (às vezes às 10 da manhã, para acordar às 5 da tarde), o trem só andava depois que ele despertava. A China de Xi Jinping é tão democrática quanto era igualitária a de Mao.

O velho disco toca uma melodia que deixou de encantar. O governo não tem grandes obras, mas está sentado em cima de projetos que podem e devem ser discutidos. Por exemplo: a exploração de petróleo na Margem Equatorial e a Ferrogrão, uma estrada de ferro de 933 quilômetros que irá de Mato Grosso ao Pará, escoando a safra de grãos e baixando o custo do frete. Nenhum desses projetos está parado por culpa do Planalto, mas dele não sai a faísca para empurrá-los.

São duas obras que estimulam controvérsias. Ótimo, que venham as controvérsias. A Guiana transformou-se com o petróleo da Margem Equatorial. No ano passado sua economia cresceu 60%. A Ferrogrão cortaria a Amazônia, facilitando e barateando os grãos. Ela será paralela a uma rodovia já existente. Como se sabe, o trem só para nas estações, já os caminhões param onde querem.

Grandes projetos carregam controvérsias. A Argentina não queria que o Brasil erguesse a hidrelétrica de Itaipu, e hoje o Brasil suaria a camisa com os ambientalistas, pois afogaria, como afogou, as cataratas das Sete Quedas.

Se o governo não destravar grandes projetos, deveria valorizar a dieta de feijão com arroz com que toca o país. Graças a ela, baixa o desemprego e melhora a vida dos trabalhadores. Por mais estranho que pareça, o que o Brasil precisa é de quem abra a quitanda de manhã cedo, com berinjelas para vender e o troco para as freguesas. Quem passou por quatro anos de Bolsonaro sabe disso, inclusive o próprio governo.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X:bernardomf
bmf@oglobo.com.br

Guerra perdida

O Senado descobriu uma solução mágica para acabar com o problema das drogas. Vai mudar a Constituição para deixar claro que elas são proibidas.

Proposta aprovada ontem considera crime a posse e o porte de qualquer quantidade de entorpecente. Os bolsonaristas festejaram a votação como um feito patriótico.

"O Brasil é uma nação que preza pela moralidade e pela valorização da família", celebrou Wilder Morais. "O país pode ficar tranquilo, porque nós não vamos permitir a liberação de drogas", congratulou-se Plínio Valério.

A pretexto de endurecer com o crime, o texto dificulta ainda mais a distinção entre usuários e traficantes. Isso abre caminho para equiparar o jovem pego com um cigarro de maconha ao quadrilheiro flagrado com contêineres de cocaína.

Apesar das aparências, a chamada PEC das Drogas não é ideia da bancada da bala. Foi apresentada pelo presidente do Senado, que busca marcar posição contra o Supremo e ganhar pontos com a extrema direita.

Rodrigo Pacheco acelerou a votação para se contrapor à Corte, que estudava descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. O julgamento está paralisado por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

A proposta aprovada pelo Senado é puro populismo penal. Promete repressão e cadeia para o que deveria ser encarado como uma questão de saúde pública. Criticado pela academia, o senador disse ontem que o usuário "não será jamais penalizado com o encarceramento". Então não haveria por que criminalizar o porte de pequenas quantidades de droga.

A votação foi embalada por muitas frases de efeito e poucos argumentos racionais. O relator Efraim Filho garantiu que a descriminalização levaria "ao aumento do consumo e à explosão da dependência química". Não citou um único estudo que embasasse a afirmação peremptória.

"Nós estamos numa guerra. Numa guerra contra as drogas", pontificou a pastora Damares Alves. Se é assim, fatos e evidências científicas podem ficar para depois.

ARTIGO

Uma rodovia à deriva, licitação já!

JOÃO PAULO DA SILVEIRA RIBEIRO

Recentemente ocorreu o leilão do trecho da BR-040 que liga Juiz de Fora a Belo Horizonte, e o resultado foi bastante comemorado pelo governo federal, pelo deságio de 11,21% em relação à tarifa de pedágio prevista no edital. Ao mesmo tempo, foram garantidos expressivos R$ 9 bilhões de investimentos no decorrer do contrato de 30 anos. Realidade diametralmente oposta vivem os usuários da BR-040 no trecho que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, com pistas em péssimas condições e a obra mais importante, a Nova Subida da Serra (NSS), paralisada há cerca de 8 anos.

A Concer, concessionária que explora o trecho desde 1996, atribui as dificuldades a um desequilíbrio contratual. Segundo ela, a paralisação das obras foi provocada em razão das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU). Entretanto uma análise do histórico da Concer e dos processos do TCU traz conclusão diversa. É possível constatar que a Concer possui uma trajetória marcada por inadimplementos e dificuldades em honrar suas obrigações, tanto é assim que diversos aditivos foram assinados com reprogramação de investimentos e descumpridos em grande parte.

Como consequência, a rodovia está precária há muito tempo, antes do alegado desequilíbrio contratual. Em abril de 2014, o GLOBO já advertia, na reportagem "Sem manutenção, Rio-Petrópolis vira rodovia da morte".

Sobre as imprescindíveis obras da NSS, o TCU constatou irregularidades gravíssimas, como projetos básicos deficientes e desatualizados e ineficiência executiva, além de sobrepreço de cerca de R$ 300 milhões, conforme o Acórdão 2.094/2022, de relatoria do ministro Walton Alencar. Portanto atribuir ao TCU a paralisação das obras, além de óbvia cortina de fumaça, consiste em tentativa de pressionar o órgão que desvendou graves irregularidades e vem cumprindo, no caso concreto, com coerência sua missão constitucional de salvaguardar o Erário público.

A Concer é controlada por grupo econômico que passa na última década por notórias dificuldades financeiras e tem histórico de inadimplementos noutras concessões rodoviárias, como Transbrasiliana e Concebra, e no Aeroporto de Viracopos.

O prazo do contrato da Concer expirou em 28 de fevereiro de 2021, mas a empresa obteve no Superior Tribunal de Justiça (STJ) o direito de permanecer explorando a rodovia enquanto o governo federal não promover nova licitação. Nesse cenário, com o histórico da concessionária e de sua controladora, causa perplexidade a notícia de que o Ministério dos Transportes está em negociação com a Concer e cogita firmar novo contrato de concessão sem licitação, mesmo o contrato firmado em 1995 não prevendo hipótese de prorrogação.

Com o histórico da concessionária, causa perplexidade que o Ministério dos Transportes cogite firmar com a Concer novo contrato de concessão sem licitação

Subscrevemos na íntegra a importante reprimenda do TCU, nas palavras do ministro Walton Alencar, no sentido de que o único caminho legalmente possível consiste em novo "procedimento licitatório da nova concessão que ocorre com tardança injustificada".

Numa concessão de rodovia, mesmo empresas sérias e eficientes podem deparar com dificuldades imprevisíveis, sendo, em casos excepcionais, plenamente possível repactuar consensualmente o contrato. Todavia, evidentemente, essa não é a situação da BR-040 no trecho Rio de Janeiro-Juiz de Fora, em que há uma empresa contumaz em descumprir suas obrigações, que deu causa direta a grande parte dos problemas ocorridos naquela concessão.

Motivo pelo qual se solicita ao Ministério dos Transportes e à ANTT urgência máxima nas providências necessárias para uma nova licitação, cujo leilão pode trazer externalidades ainda mais positivas que as materializadas no trecho Juiz de Fora-Belo Horizonte.

João Paulo da Silveira Ribeiro é presidente da Comissão de Obras, Concessões e Controle da Administração Pública da OAB/RJ